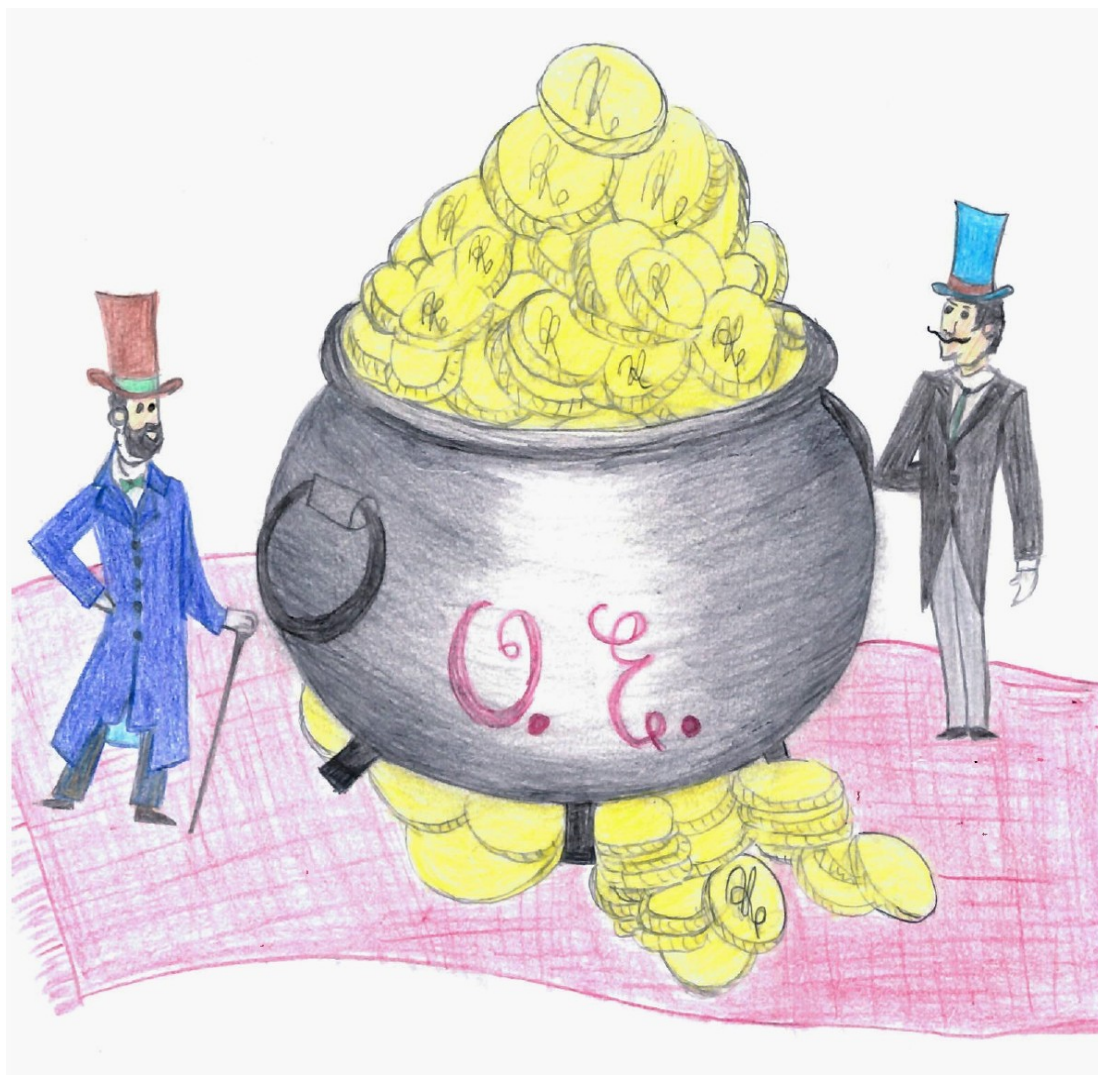


Subvenções Públicas e Transferências para Fundações



Subvenções Públicas e Transferências para Fundações - p. 2-3

Visto na imprensa em janeiro - p. 4-7

Legislação de janeiro - p. 8-9

Gabinete jurídico (esclarecimento) - p. 10-11

Cultura e lazer - p. 12

INFORMAÇÕES

SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

02/2020

SUBVENÇÕES PÚBLICAS E TRANSFERÊNCIAS PARA FUNDAÇÕES

OS NÚMEROS QUE FALAM POR SI

1. Concessão de Subvenções e benefícios públicos foi de 4.232 milhões de € em 2017 (2,2% do PIB), dos quais 74% não respeitaram o cumprimento das obrigações fiscais declarativas das entidades públicas concedentes

O Relatório de Atividades da IGF de 2018, tornado público em meados de 2019, revela que o universo auditado por esta Instituição aumentou para **15,1 mil milhões de €** (+2,5 mil milhões do que em 2017), traduziu-se na recuperação de **1,8 mil milhões de € provenientes de irregularidades**, +63% em

termos homólogos (1,1 mil milhões em 2017).

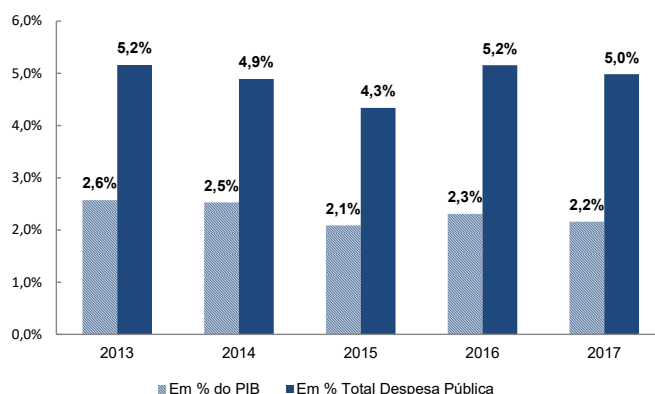
Foram cerca de 73 mil, os beneficiários de subvenções e benefícios públicos no montante de **4.232 milhões de € em 2017** (2,2% do PIB e 5% do total da despesa pública) concedidos por 639 entidades públicas, maioritariamente através de transferências correntes e de capital de origem nacional (2.473 milhões de €). De acordo com a IGF, *continua a não existir um regime jurídico que "introduza maior rigor e objetividade a este tipo de despesa"* (Quadro e Gráfico).

Quadro – Total da Subvenções e Benefícios Públicos em Portugal
(milhões de euros)

	2013	2014	2015	2016	2017
Subvenções e Benefícios Públicos	4390	4380	3760	4306	4232
Transferências Correntes e capital	2342	2309	2451	3098	2473
Total Despesa Pública	85112	89530	86707	83535	84950

Fontes: IGF; INE.

Gráfico - Total da Subvenções e Benefícios Públicos em Portugal



Foram identificadas outras irregularidades por parte das mesmas entidades, tais como o incumprimento de publicitação na internet (**605 milhões de €**) e de reporte à IGF (**16,5 milhões**). Também, 32 dos 50 maiores beneficiários das subvenções não divulgaram na internet os montantes recebidos (**249 milhões**), contrariando as boas práticas e a transparência recomendadas.

Na auditoria feita pela IGF às **subvenções públicas atribuídas à área da ação social** (1.726 milhões de

euros em 2016, dos quais **1.380 milhões relativos a acordos com as IPSS** - grupo de beneficiários que mais recebe -), destacam-se:

- Um número significativo de IPSS (34% do total em 2016) que não presta contas, ou as apresenta com atraso, sem que tenham sido adotadas quaisquer medidas corretivas previstas na lei;
- Ausência de análise crítica, por parte da entidade concedente, dos documentos de prestação de contas apresentados e de indicadores sobre o

- impacto social das subvenções públicas atribuídas;
- Falta de transparência da atividade desenvolvida de algumas IPSS, que não publicitam relatórios e contas e atos de eleição dos órgãos sociais, como determina o seu Estatuto;
- Reduzido grau de execução (apenas 7%)

Dos 4.232 milhões de € pagos em subvenções, **3.187 milhões (74% do total)** não obedeceram às respetivas obrigações fiscais declarativas por parte das entidades públicas concedentes.

do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da entidade concedente em 2017 e insuficiências no sistema de controlo interno (inexistência de uma base de dados com informação sobre os apoios financeiros - cumulativos- concedidos por entidades públicas e ausência de registo, em base de dados, dos acompanhamentos e controlos realizados).

2. Fundações receberam 192 milhões de € de entidades públicas em 2016, dos quais 7 milhões não cumpriram a Lei

As principais conclusões da auditoria feita pela IGF às transferências de entidades do sector público a Fundações (2016), um dos beneficiários das subvenções públicas, e cuja síntese de resultados foi tornada pública em set/out de 2019, são:

- 246 entidades públicas **transferiram 192 milhões de € para 343 fundações (0,1% do PIB)** (-6% face a 2015) e 322 fundações declararam à Autoridade Tributária e Aduaneira **benefícios fiscais de 34 milhões de €** (-7% face a 2015);
- As transferências do Instituto da Segurança Social, I.P. (102 milhões de €) e do Fundo de Fomento Cultural (21 milhões de €) representaram 64% do total, abrangendo as áreas da ação social e cultura;
- As 10 maiores beneficiárias das transferências receberam cerca de 58 milhões de € (30% do total), com destaque para as Fundações: Salesianos; Centro Cultural de Belém; Casa da Música e Alentejo e, nenhuma destas, inclui nos seus relatórios de atividades e contas, menção ao valor social, ambiental e económico gerado pela sua atividade;
- As transferências sujeitas a parecer prévio da IGF totalizaram 32,6 milhões de € (46,3 milhões de €, em média, no triénio 2008/2010), tendo originado uma **poupança de 3,8 milhões de € face aos pedidos iniciais, em resultado da intervenção da IGF.**

Da análise efetuada pela IGF registaram-se

transferências irregulares em 7,1 milhões de €, não cumprindo integralmente as condições previstas na Lei:

- 3 entidades públicas realizaram transferências a 4 fundações (118 mil €), sem parecer prévio;
- 7 entidades públicas efetuaram indevidamente transferências a 6 fundações (131 mil €);
- 8 entidades públicas transferiram **3 milhões de €** a 13 fundações, incumprindo as obrigações de transparência previstas na Lei-Quadro das Fundações (LQF);
- 24 fundações de solidariedade social (beneficiaram de **3,9 milhões de €**) não publicitaram as respetivas contas, conforme previsto no Estatuto das IPSS.

Em resumo, persiste o incumprimento de obrigações de consolidação orçamental e de transparência, mantendo-se situações de irregularidade ao nível das transferências de dinheiros públicos às Fundações. Verificaram-se situações de incumprimento das decisões adotadas pelo Governo, após o censo às fundações realizado em 2012, bem como dos deveres de consolidação orçamental, previstos na LOE de 2016, por parte de entidades da AC, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais que realizaram transferências para fundações naquele ano.

Entretanto, a **IGF popôs:**

- a determinação de recuperação nos cofres do Estado ou regularização das transferências que foram realizadas em incumprimento;
- adotar medidas que garantam o cabal cumprimento das obrigações legais de transparência previstas na LQF por parte das fundações, incluindo a medição do valor social, ambiental e económico gerado pela sua atividade.

Conforme relatórios de auditoria efetuados pela IGF às subvenções públicas nos últimos anos, persistem inúmeras falhas de controlo nestas transferências, colocando sérios riscos de corrupção, falta de transparência e até falta de comunicações às finanças do dinheiro público que inúmeras entidades privadas recebem.



Visto na imprensa em Janeiro de 2020



Questionário polémico está a ser avaliado

O questionário feito aos trabalhadores públicos antes das Legislativas e que foi suspenso, está a ser avaliado pelo Governo quanto à sua pertinência e ao propósito, no entanto o Ministério da Modernização Administrativa «admite que o questionário seja retomado oportunamente».

(Fonte: Correio da Manhã, 01-12)



Serviços Públicos atingem novo mínimo histórico

Desde 1995 que o peso dos Serviços Públicos não era tão baixo. «Em 2009 os serviços públicos chegaram a atingir 21,4% do PIB- este foi o peso máximo de consumo público na economia». A partir desta data entrou-se numa rampa descendente, interrompida apenas em 2013, que corresponde a reposição dos salários, em prestações, por ordem do Tribunal Constitucional, «mas depois foi retomada e tem-se mantido mais ou menos constante». A revisão do PIB foi feita pelo INE, em setembro, e está em consonância com os gabinetes de estatísticas da União Europeia.

(Fonte: Negócios, 02-12)



Polícias insatisfeitos com proposta do Governo

Os polícias não concordam com a proposta apresentada pelo secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, em que propõe o pagamento dos suplementos remuneratórios em período de férias, que foram congelados entre 2011 e 2018,

num período de 4 anos. O valor que está em causa é de 80 milhões de euros. Em média cada polícia «tem de receber cerca de 3500 euros a pagar a cerca de 90% do efetivo policial que cumpria o serviço entre 2011 e 2018». Os sindicatos defendem que o Orçamento para 2020 deva contemplar todo o valor devido aos polícias.

(Fonte: Jornal de Notícias, 06-12)



Maioria dos municípios nacionais já dão 25 dias de férias

O Governo lançou a ideia premiar a assiduidade dos trabalhadores públicos, atribuindo-lhes 25 dias de férias. Segundo os sindicalistas não faz sentido porque cerca de 308 autarquias já dão, no mínimo, de 25 dias de férias, negociados no Acordo Coletivo de Trabalho. A partir de 2015 que os trabalhadores públicos passaram a ter 22 e não 25 dias de férias, acrescentando um dia por cada dez anos de trabalho, até ao máximo de três. Nas autarquias, os trabalhadores podem ter mais esses três dias, através da avaliação do desempenho.

(Fonte: Expresso online, 06-12)



Autarquia compensa com mais dias para a família.

A Autarquia de Caminha compensa os trabalhadores com mais três dias de férias para que assim possam usufruir da vida familiar. A estes dias acrescem a tolerância de ponto no Carnaval, Natal e Ano Novo. «É uma forma de compensar os trabalhadores pelos baixos salários praticados na Administração Pública. Muitos dos trabalhadores auferem o ordenado mínimo». Há cerca de um ano que a autarquia permite que os pais que tenham filhos até aos três anos possam sair às 15 horas, sem necessidade de justificação. Esta Medida é suplementar à jornada contínua.

(Fonte: Jornal de Notícias, 06-12)



Ministra reúne-se com conselho da ADSE.

Alguns elementos do Conselho Geral e de Supervisão reuniram no dia 7 de janeiro com a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública. Esta foi a primeira reunião com a Ministra que tutela agora a ADSE e que substitui a tutela da Saúde. O Conselho pretende sensibilizar a tutela para a falta de pessoal que leva a atrasos nos reembolsos, bem como a abertura do subsistema a novos subscritores como os do contrato individual de trabalho.

(Fonte: Negócios, 07-01)



Governo diz que há «confluência de posições» sobre alargamento da ADSE.

A ministra Alexandra Leitão recebeu uma representação do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE. Após a reunião o Ministério da Modernização e da Administração Pública emitiu um comunicado onde se podia ler «Foi uma reunião produtiva e em que houve uma confluência de posições, designadamente ao nível do eventual alargamento dos beneficiários, da necessidade de renegociação de tabelas e de celebração de novas convenções».

(Fonte: JN, 08-01)



Abertura das inscrições na ADSE pode ser faseada.

No Parlamento a ministra Alexandra Leitão disse que existem condições para que este ano se faça a integração, na ADSE, dos trabalhadores em contrato individual de Trabalho, mas de uma forma faseada, em função da idade dos trabalhadores para permitir «um maior controlo sobre o risco da entrada de pessoas com maior nível de consumo. Em princípio, a entrada acontecerá durante este ano. Admitiu ainda o ingresso dos trabalhadores que entraram através do PREVPAP. A ministra esclare-

ceu ainda que não está em cima da mesa a mutualização da ADSE, embora a tenha defendido, mas que gerou muitas críticas por parte dos representantes dos beneficiários. Tal acontecerá após «um amplo consenso e uma ampla negociação»

(Fonte: Negócios, 08-01)



Mais aumentos salariais.

O Governo reabriu as negociações para os aumentos salariais na Administração Pública. A reunião está agendada para o dia 10 de fevereiro, data posterior à aprovação do Orçamento do Estado para 2020. A ministra da Modernização Administrativa e da Administração Pública referiu que «Há margem negocial para fazer para fazer crescer alguma coisa aos 0,3% seja na modalidade que for e os sindicatos serão os primeiros a saber». Falta é saber se essa disponibilidade orçamental é para distribuir por todos trabalhadores ou apenas pelos de categorias mais baixas. A ministra referiu um «problema da compressão de certas posições remuneratórias da tabela remuneratória única». Alexandra Leitão não garantiu retroativos.

(Fonte: Negócios, 20-01)



Mais dias de férias para quem não fume.

Várias empresas estão a atribuir benefícios aos seus trabalhadores, tendo em vista melhorar a produtividade. A empresa inglesa KCJ Training and Employment passou a atribuir aos trabalhadores não fumadores mais 4 dias de férias, como forma de os compensar dos quase cinco dias de trabalho que fazem a mais do que os trabalhadores que fumam. O diretor desta empresa, ele próprio fumador, fez as contas aos intervalos gastos para fumar e chegou à conclusão a essa conclusão. O diretor pensa que este benefício pode até levar alguns dos fumadores e pensarem em deixar de fumar. Esta empresa já dá as sextas-feiras à tarde aos seus trabalhadores. Esta empresa está a seguir os passos de outras que têm tido bons resultados. Já em 2017 a empresa

japonesa Piala, Inc. ofereceu mais 6 dias de férias aos trabalhadores que não fumavam. No final do ano cerca de 30 entre 120 tiveram direito aos dias a mais de férias. Algumas empresas implementaram a semana de 4 dias. A Microsoft (Japão) introduziu o programa »Work Life Choice Challenge«, que encerrou os escritórios todas as sextas-feiras do mês de agosto. Reduziram também o tempo nas reuniões e no tempo passado a responder aos e-mails, que resultou num aumento da produtividade em 40%. A Suécia é também um caso desses, em 2015 reduziu o horário de trabalho diário para seis horas e o resultado foi «trabalhadores mais saudáveis, felizes e produtivos». Esta medida aplica-se aos trabalhadores mais qualificados. Na Alemanha, a Deutsche Bahn, empresa de transportes públicos, os trabalhadores escolheram entre seis dias de folga, um aumento salarial de 2,6% ou a passagem do número de horas semanais de 39 para 38. Na Deutsche Telekom, os trabalhadores têm 14 dias livres no ano. Na Finlândia há rumores de proposta de «uma semana de trabalho de 4 dias com oito horas ou de cinco dias, mas com seis horas de trabalho por dia». E em Portugal? Nada de especial. Há notícias que a Navigator «reduziu o horário de trabalho de 40 para 39 horas semanais em abril, do ano passado». A ideia é chegar às 38 horas semanais este ano. A Cisco oferece uma «espécie de fundo de diversão», para gastar trimestralmente em «celebrações». Outras oferecem cartão de benefícios para gastar em viagens ou hotéis e cultura. A Farfetch, oferece a possibilidade de uma licença sabática, recebendo o vencimento.

(Fonte: Negócios, 15-01)



Governo admite adiar nova descentralização.

O processo de transferência de competências para as autarquias ainda não está concluído falta uma área: a da ação social. A Lei prevê que o processo esteja concluído em 2021. O novo diploma sobre a ação social recebeu parecer negativo da ANMP e «levanta dúvidas sobre o financiamento, condições de arranque e de execução de novas competências».

Os Municípios referem que existe uma grande carência de recursos humanos para o acompanhamento dos processos de rendimento social de inserção. Este ano há 100 câmaras a assumir as competências na educação, 53 na saúde e 143 na cultura.

(Fonte: Público, 17-01)



Governo corre risco de ter de injetar mais dinheiro no Novo Banco.

O Orçamento para 2020 prevê 600 milhões para nova injeção no Novo Banco. No entanto, o CFP - Conselho de Finanças Públicas admite que a injeção de 600 milhões possa não chegar. O ministro das Finanças garantiu que o Governo não está a avaliar uma injeção superior à prevista no OE, contudo, se «houvesse uma proposta, estaria disponível para analisar».

(Fonte: i, 22-01)



85% das medidas deste Orçamento são herança da geringonça.

Segundo o CFP-Conselho de Finanças Públicas, o maior impacto no OE 2020 são de medidas que vêm do orçamento do ano passado. Da parte do ministro das Finanças há apenas um impacto de 15%. Considera o CFP que as decisões no passado que maior impacto tem no OE são os gastos com pessoal, consequência do descongelamento das carreiras. Outra área também relevante são os efeitos das prestações sociais, «como a reformadas longas carreiras contributivas, a reforma antecipada por flexibilização, a criação da prestação social para a inclusão e o programa de apoio à redução tarifária».

(Fonte: Negócios, 22-01)



Vistos sem controlo e para países de risco.

A Associação Cívica Transparência e Integridade (TI) denuncia que os vistos gold estão a ser atribuídos com verificação mínima de requisitos e

para países de alto risco de corrupção e branqueamento de capitais. Esta denúncia é feita com base nos dados do Ministério da Administração Interna e «entregues após ordem do Tribunal Administrativo de Lisboa». O CM consultou o documento o SEF «assume que não faz qualquer verificação sobre a origem dos capitais investidos» e limitam-se a ver se os formulários estão corretamente preenchidos. Pedem ainda registos criminais e consultam o sistema de informações do espaço Schengen, de forma a verificar se os nomes estão sinalizados. Segundo a TI «Este é um negócio de venda de carimbos por 500 mil euros descontrolado». O SEF refere que, «em oito anos (de 2002 a novembro de 2019), entregou 8125 vistos gold e recusou 414 pedidos». Os 29 vistos concedidos a cidadãos de S. Kitts and Nevis (ilha das Caraíbas), levantam dúvidas à TI. Preocupam-se também com os 79 vistos atribuídos a cidadãos angolanos. Sugerem que «poderá haver indivíduos a colacionar passaportes para se movimentarem livremente, não só em paraísos fiscais na lista negra, assim como no espaço Schengen».

(Fonte: Correio, 22-01)



Portugal é um dos países que menos avaliam políticas públicas.

A Comissão Europeia analisou os resultados das avaliações dos programas europeus dos Fundos Estruturais e Portugal não sai muito bem visto. O período analisado foi o de entre 20015 e 2020 e a

Comissão encontrou apenas seis avaliações à forma como são executadas as políticas públicas em Portugal e, estas seis, foram executadas pela mesma entidade- a Agência para o Desenvolvimento e Coesão. A Espanha apresentou 95 avaliações, a Alemanha com 94 e a Itália com 87. Abaixo de Portugal encontramos a Bélgica e a Finlândia, com quatro avaliações e o Luxemburgo e Malta com apenas uma avaliação cada.

(Fonte: Público, 24-01)



Governo diz que vão faltar 774 milhões de €.

O ministro das Finanças diz que a proposta de descida do IVA da eletricidade de 23% para 6% para os clientes domésticos é irresponsável e ilegal. Irresponsável porque custará 774 milhões de euros e não há compensação orçamental. Ilegal porque não cumpre a legislação nacional e europeia e compromete o equilíbrio orçamental. O PSD, o BE e o PCP estão de acordo com esta descida. O PSD propôs como compensação orçamental o corte nas despesas dos gabinetes e nos consumos intermédios e «diz que a medida pode reduzir o saldo orçamental até 97,4 milhões». Catarina Martins diz que irresponsável não é descer o IVA mas injetar capital incerto na Banca». Jerónimo Martins «afirma que «não é coerente rejeitar propostas só por causa da origem».

(Fonte: Correio, 29-01)

INFORMAÇÃO RÁPIDA AOS SÓCIOS

ATUALIZE:

OS SEUS DADOS PESSOAIS

Utilize o formulário do STE em www.ste.pt



LEGISLAÇÃO - JANEIRO 2020

Decreto-Lei n.º 2/2020 - Diário da República n.º 9/2020, Série I de 2020-01-14 128071719

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera o Regulamento da Matrícula, o Código da Estrada e o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir

Portaria n.º 1/2020 - Diário da República n.º 7/2020, Série I de 2020-01-10 127957589

ECONOMIA E TRANSIÇÃO DIGITAL, NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, FINANÇAS E EDUCAÇÃO

Portaria que aprova as percentagens do mecanismo de correção cambial criado pelo Decreto-Lei n.º 35-B/2016, de 30 de junho, para o segundo semestre de 2019

Portaria n.º 2/2020 - Diário da República n.º 7/2020, Série I de 2020-01-10 127957590

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Regulamenta os termos do reconhecimento e manutenção do Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro

Portaria n.º 4/2020 - Diário da República n.º 8/2020, Série I de 2020-01-13 127970107

JUSTIÇA

Altera a Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, que regula a tramitação eletrónica dos processos nos tribunais administrativos de círculo, nos tribunais tributários, nos tribunais centrais administrativos e no Supremo Tribunal Administrativo

Portaria n.º 17/2020 - Diário da República n.º 17/2020, Série I de 2020-01-24 128470387

FINANÇAS, TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL E SAÚDE

Define os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e de ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

Portaria n.º 23/2020 - Diário da República n.º 20/2020, Série I de 2020-01-29 128597390

FINANÇAS, MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Alteração à Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio

Portaria n.º 27/2020 - Diário da República n.º

22/2020, Série I de 2020-01-31 128726978

FINANÇAS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

Portaria n.º 28/2020 - Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31 128726979

FINANÇAS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais atribuídas pelo sistema de segurança social, das pensões do regime de proteção social convergente atribuídas pela CGA e das pensões por incapacidade permanente para o trabalho e por morte decorrentes de doença profissional, para o ano de 2020

Portaria n.º 29/2020 - Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31 128726980

FINANÇAS E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Estabelece a atualização dos valores do complemento extraordinário das pensões de mínimos de invalidez e velhice do regime geral de segurança social, do regime especial das atividades agrícolas, do regime não contributivo e regimes equiparados e dos regimes transitórios dos trabalhadores agrícolas, bem como das pensões de mínimos de aposentação, reforma e sobrevivência do regime de proteção social convergente, para 2020

Portaria n.º 30/2020 - Diário da República n.º 22/2020, Série I de 2020-01-31 128726981

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Estabelece a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2021

Despacho n.º 785/2020 - Diário da República n.º 14/2020, Série II de 2020-01-21 128277571

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2020

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2020 - Diário da República n.º 7/2020, Série I de 2020-01-10 127957591

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos: «Relativamente a exames psicológicos de selecção realizados em concursos de pessoal, os candidatos têm o direito de obter certidão que abranja o conteúdo dos respectivos testes, o seu próprio desempenho e as notações aí recebidas, mas não têm acesso à grelha abstracta de avaliação dos testes se esta estiver coberta por um sigilo relativo à propriedade científica do exame.»

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2020/A - Diário da República n.º 11/2020, Série I de 2020-01-16128144626

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve constituir um grupo de trabalho, no âmbito da Comissão Permanente de Economia, para efeitos de avaliação e acompanhamento geral do processo de reabilitação de infraestruturas danificadas pela passagem do furacão Lorenzo pelos Açores, com especial incidência no acompanhamento do processo de abastecimento de bens e mercadorias às ilhas do grupo ocidental

Decreto Legislativo Regional n.º 1/2020/A - Diário da República n.º 5/2020, Série I de 2020-01-08127816253

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2020

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2020/A - Diário da República n.º 15/2020, Série I de 2020-01-22128355822

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Quarta alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A](#), de 31 de julho, alterado pelos [Decretos Legislativos Regionais n.º 41/2003/A](#), de 6 de novembro, [2/2007/A](#), de 24 de janeiro, e [1/2010/A](#), de 4 de janeiro, que aprova o Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores (organização e funcionamento dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores)

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2020/A - Diário da República n.º 17/2020, Série I de 2020-01-24128470390

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Terceira alteração ao [Decreto Legislativo Regional n.º](#)

[32/2002/A](#), de 8 de agosto, alterado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A](#), de 10 de novembro, e pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 24/2015/A](#), de 10 de novembro, que estabelece o regime de cooperação técnica e financeira entre a administração regional e a administração local

Decreto Regulamentar Regional n.º 1/2020/A - Diário da República n.º 16/2020, Série I de 2020-01-23128415688

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a orgânica e o quadro de pessoal dirigente e de chefia da Secretaria Regional da Saúde

Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2020/A - Diário da República n.º 18/2020, Série I de 2020-01-27128515586

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a orgânica e o quadro de pessoal dirigente dos serviços externos da Direção Regional da Cultura

Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2020/M - Diário da República n.º 12/2020, Série I de 2020-01-17128114253

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a orgânica da Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares

Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2020/M - Diário da República n.º 13/2020, Série I de 2020-01-20128277507

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a orgânica da Secretaria Regional de Turismo e Cultura

Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2020/M - Diário da República n.º 13/2020, Série I de 2020-01-20128277508

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a orgânica da Secretaria Regional de Mar e Pescas

Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2020/M - Diário da República n.º 13/2020, Série I de 2020-01-20128277509

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Aprova a orgânica da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas



Tem dúvidas sobre a sua situação laboral?

O jurista responde . . .

Faltas por falecimento de familiar

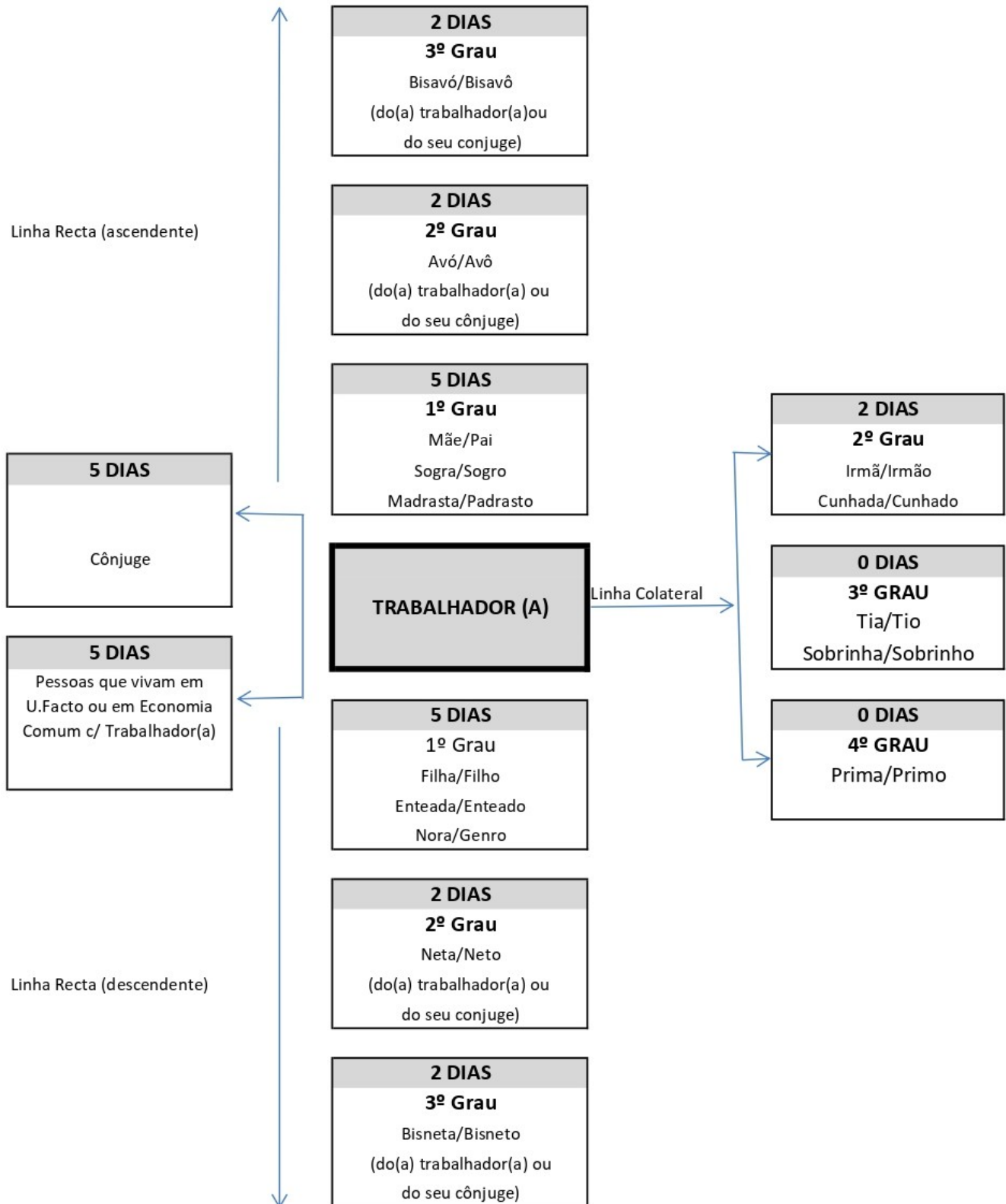
A DGAEP clarificou e adotou o entendimento da ACT quanto a esta matéria:

1. *“Na falta de disposição legal que determine o **dia em que se inicia a contagem das faltas por falecimento de familiar**, estes serviços têm entendido que a mesma poderá iniciar-se no dia do óbito, do conhecimento deste, ou ainda no dia da cerimónia fúnebre, cabendo a escolha ao trabalhador”.*
2. *“O trabalhador tem direito a faltar justificadamente, por motivo de falecimento de familiar, por período um período de dois ou cinco dias, consoante o grau de parentesco, **contados apenas em dias em que o trabalhador está obrigado ao cumprimento do seu período normal de trabalho diário**. Os dias de falta devem ser usufruídos de modo consecutivo”.*
3. *“As faltas motivadas por falecimento de familiar representam um **motivo justificativo do não início ou da suspensão do período de férias**, compreendido na previsão do n.º 1 do artigo 244.º do Código do Trabalho, devendo o trabalhador comunicar o acontecimento, com a brevidade possível, ao empregador público.”*

O STE subscreve por inteiro este entendimento.

A Direção

FALTAS POR FALECIMENTO
(Art.º 251.º do Código do Trabalho)



NOTA: Dias consecutivos

CULTURA E LAZER



SINDICATO DOS
QUADROS TÉCNICOS DO
ESTADO E ENTIDADES
COM FINS PÚBLICOS

EXPOSIÇÃO | 21 jan. '20 | 18h00 | Mezzanine | Entrada livre | até 24 abril |



Fonte: http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1474%3Aexposicao--a-sociedade-das-nacoes-1920-1946-promessas-e-legados--21-jan-21-abr-20&catid=171%3A2020&Itemid=1484&lang=pt

PROTOCOLOS

Centros de Saúde e Bem-Estar + Nutrição

Os associados e respetivos familiares poderão usufruir de vantagens nos serviços prestados nos Centros de Saúde e Bem-Estar+Nutrição.

Consulte a nossa página em <https://www.ste.pt/sindicato/protocolos-ste/>

Contactos:

Centros de Saúde e Bem-Estar + Nutrição:

- Centro Comercial Picoas Plaza, C 1.29, 210931428

- Rua Alves Redol 1º98-A Bairro das Sete Quintas Caneças, 219816227

<https://maisenutricao.pt/>



Clínica Médica e Estética Day Spa

A Essência compromete-se a proporcionar aos associados do STE, trabalhadores, colaboradores e familiares os seguintes descontos:

- 50% de desconto em tratamentos de estética;
- 50% de desconto em todos os tratamentos de aparatologia efetuados na Essência da Perfeição Day Spa Bairro Azul - Clínica Médica e Estética;
- 5% de desconto na aquisição de produtos cosméticos;

Contactos: Rua Fialho de Almeida nº4C - 1070-129 Lisboa - Tels.: 210997431/911539193

<http://www.essenciadaperfeicao.com> - essencia.bairroazul@gmail.com <https://www.facebook.com/essenciadaperfeicao>



Lisboa - Sede
R. Braamcamp, 88, 2º Dto.
1269-111 Lisboa
Tel.: 213 860 055
(3 linhas)
Tel. Móvel: 961724106/
961880239/963773017
Fax: 213 860 785
ste@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª a 6ª - 9:00-21:00
Sec. Regional do Porto
R. da Alegria, 248, 1º Esq.
4000-034 Porto
Tel./Fax: 222 004 630
Tel. Móvel: 938648672
porto@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 10:00-18:00
3ª e 5ª - 11:00-19:00
Sec. Regional de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães,
676, 3º andar - Sala 3
3000-174 Coimbra
Tel.: 239 838 176
Fax: 239 825 186
Tel. Móvel: 925783119
coimbra@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 14:00-19:00
Sec. Regional de Évora
Alcárcova de Baixo, 54
Sala B
7000-841 Évora
Tel. e Fax: 266 744 771
evora@ste.pt
Sec. Regional do Algarve
Edifício Ninho de
Empresas
Piso 2, Gab. 13
Estrada da Penha
8000-489 Faro
Tel. Móvel:
925494067/925494065
algarve@ste.pt
Sec. Regional da Guarda
R. Alm. Gago Coutinho,
10, 1º - Centro Dto. Fte.
6300-Guarda
guarda@ste.pt
Tel. Móvel: 961724137
Sec. Regional de Viseu
R. do Gonçálio, 53
Sala 6
3500-137 Viseu
viseu@ste.pt
Tel. Móvel: 961879731
Sec. Regional dos Açores
R. do Rego, 24 - 1º andar
9700-161 Angra do
Heroísmo
Tel. e Fax: 295 217 079
acores@ste.pt
Sec. Regional da Madeira
R. Câmara Pestana, 6
1º andar - Sala D
9000-043 Funchal
Tel. Móvel:
925494067/925494065
madeira@ste.pt

Diretora
Rosa Sousa

Periodicidade: Mensal